

OS NITS DO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS ANOS 2011 E 2013.

Midiane da Silva Figueiredo¹ & BianccaScarpeline de Castro²

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Administração Pública ICSA/UFRJ; 2. Professora do DCAC/ICSA/UFRRJ.

Palavras-chave: inovação, propriedade intelectual, Lei de inovação.

Introdução

Atualmente, devido ao ambiente competitivo, as organizações estão em busca de um diferencial que as fazem se destacarem no mercado. É nesse contexto que a propriedade intelectual se destaca, pois ela gera ao seu detentor direitos e poderes sobre a criação que o beneficiam no mercado, garantido que a inovação seja um diferencial competitivo. Como uma medida estratégica para o desenvolvimento do país, a propriedade intelectual e a inovação, tornaram-se objetos da Lei nº10.973/2004, que tem como fim incentivar a inovação e estimular a relação de parceria entre poder público, iniciativa privada e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs). Nesta lei foi firmado o papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) que têm a função de gerir a propriedade intelectual dos ICTs. A presente pesquisa tem o objetivo de analisar os dados de desempenho dos NITs no Brasil publicados nos Formulários para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas (FORMICT), nos anos de 2011 e 2013. A pesquisa pretende apurar o desenvolvimento dos NITs de forma a compreender sua evolução nesse período.

Metodologia

A pesquisa foi iniciada com a revisão teórica sobre propriedade intelectual, inovação e *TrípliceHelix*, com ênfase no papel dos NITs nas Universidades. Além disso, foram realizadas análises e comparações dos Formulários para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil (FORMICT), dos anos 2011 e 2013. O FORMICT é preenchido através de um formulário online organizado pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) e apresenta dados referentes ao funcionamento dos NITs do Brasil, em cumprimento da determinação da Lei de inovação. Com tais informações em mãos foi realizada uma comparação dos resultados apresentados pelos NITs nos anos de 2011 e 2013.

Resultados e Discussão

O relatório FORMICT apresentou dados de 176 instituições, públicas e privadas, no ano de 2011 e 261 no ano de 2013, a partir desses números é possível notar um aumento da preocupação das ICTs em oferecer dados ao MCTI sobre ciência, tecnologia e inovação. Mesmo com aumento significativo no número de instituições que preencheram o FORMICT, das 261 instituições, apenas 69% afirmaram que possuem uma política de inovação estabelecida em 2013. Enquanto em 2011 as instituições que responderam o questionário, 72% tinham tais políticas. Isso significa que entre esses dois anos as instituições não receberam um estímulo devido sobre ciência, tecnologia e inovação, fazendo com que esses resultados não apresentassem progresso.

Quanto à consolidação dos NITs, em 2013, 63% já estavam consolidados, 25% estavam em fase de consolidação e 12% ainda não tinham sido consolidados, números que não apresentaram consideráveis variações, comparados ao ano de 2011, quando esses mesmos dados eram respectivamente 65%, 27% e 8%. Isso demonstra que houve uma estagnação no que se refere a desenvolvimento de estrutura dos NITs, mostrando a necessidade de ações políticas que possam dar um maior suporte às universidades e ICTs, para que haja uma maior estruturação e fortalecimento dos NITs. Um dado que chama atenção, no entanto, é o número de NITs que ainda não tinham sido implantados. Verifica-se que em 2013 a porcentagem de ICTs que não tinham NITs era maior que em 2011, isso pode significar que ainda há uma grande necessidade de divulgação da lei nº10.973/2004, bem como da cultura de inovação entre as instituições no Brasil.

Foram identificados progressos quanto aos pedidos de proteção de propriedade intelectual entre os anos analisados. Em 2011, foram registradas 1.595 solicitações de pedidos de proteção de PI pelas ICTs brasileiras e em 2013, 1.901, incluindo as proteções requeridas no Brasil, no Exterior e Brasil/Exterior. O tipo de pedido com maior solicitações foram as patentes de invenção, 1.135 em 2011 e 1.198 em 2013, contudo, o tipo de requerimento que apresentou maior crescimento foi os de programas de computador, um aumento de 100%. Isso mostra a ciência da importância e no interesse dos pesquisadores em proteger suas criações. No que se refere aos contratos de transferência de tecnologia, é possível destacar que eles também registraram um aumento no período analisado. 1.748 contratos foram fechados em 2011, enquanto 1.943 contratos foram assinados em 2013, representando, em valores monetários, R\$ 218,5 Milhões em 2011 e R\$ 302,6 em 2013. Ou seja, além do número dos contratos aumentou entre os anos, o montante que esses mobilizam cresceu 39% em dois anos, sugerindo que há um maior interesse dos órgãos envolvidos (ICTs, Governos e empresas) no estabelecimento de parcerias em prol da inovação. A Região Sudeste recebeu destaque por deter maior montante em contratos no ano de 2013, no valor de R\$ 158,8 milhões.

Conclusão

A propriedade intelectual e a inovação vêm sendo disseminada gradativamente entre as instituições de ensino e pesquisa no Brasil, com isso surge a necessidade de se pensar em uma melhor maneira de geri-las. Estamos caminhando para a obtenção de resultados, porém, é necessário que haja uma maior interação entre as instituições, governo e empresas, para que esses conhecimentos transformados em propriedade intelectual, sejam transformados em inovação, e assim, possam contribuir com o crescimento e desenvolvimento do país.

Com a análise dos FORMICTs pode-se concluir que mesmo com a constância do número de instituições que possuem uma política de inovação, ocorreu, em apenas dois anos, um aumento de 20% do número de registros de propriedade intelectual e do montante de recursos advindos de parcerias, de 39%, embora existam muitos NITs em fase de consolidação ou ainda não consolidados. Por outro lado, as informações constantes no FORMICT não foram suficientes para uma análise com maior acuidade, dado que tais relatórios não apresentam dados por NITs ou por Estados. Além disso, por ser um relatório de pesquisa quantitativo deixa em aberto uma série de questões que mereceriam a realização de pesquisas mais aprofundadas, que respondesse, por exemplo, quais são seus métodos de gestão, seus maiores problemas e vantagens. No entanto, acredita-se que com essa pesquisa foi possível realizar uma comparação entre os resultados dos NITs do Brasil nos anos mencionados, apresentando assim sua evolução.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, E.F; BARBOSA, C.M; QUEIROGA, E.S; ALVES, F.F – Propriedade Intelectual: proteção e gestão estratégica do conhecimento. Revista Brasileira de zootecnia. Volume 39, pg 1-10, 2010.

CASTRO, B.S; COSTA, G.S. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas universidades brasileiras, Liinc em Revista, v.8, n.1, março, 2012, Rio de Janeiro, p 125-140.

Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil (FORMICT) – Publicado em 2012 - Ano base 2011. Disponível em: <ftp://ftp.mct.gov.br/Biblioteca/43114-Relatorio_FORMICT_2011.pdf> Acesso realizado em: Junho de 2015.

Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil (FORMICT) – Publicado em 2014 - Ano base 2013. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0235/235841.pdf> Acesso em: junho de 15.

Presidência da República. Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.973.htm>. Acesso em Junho de 2015.